

16 de agosto de 2019

A missão da ADIMB é a de promover o desenvolvimento técnico-científico e a capacitação de recursos humanos para a Indústria Mineral Brasileira

O conteúdo das matérias é de inteira responsabilidade dos meios de origem



AGÊNCIA ADIA PRAZOS PARA EXTINÇÃO DE BARRAGENS COMO A DE BRUMADINHO NO PAÍS

Em vez de 2021, ANM permite que últimas barragens a montante sejam desativadas até 2027

A Agência Nacional de Mineração (ANM) publicou nesta segunda-feira, 12, o adiamento do prazo final para extinção definitiva de barragens a montante, o mesmo tipo que colapsou causando as tragédias de Brumadinho e Mariana. Em vez de serem desativadas em 2021, como havia sido definido em fevereiro, logo após o rompimento da segunda barragem da Vale em pouco mais de três anos, a agência ampliou o prazo para os anos de 2022, 2025 e 2027, a depender da capacidade dos empreendimentos.

O texto está no Diário Oficial da União e confirma a determinação que a ANM baixou em fevereiro deste ano de proibir a utilização das barragens a montante, que usa os próprios rejeitos da mineração para construir as paredes da barreira. O documento substitui a resolução de fevereiro que estabelecia medidas regulatórias cautelares até que fosse concluído processo de consulta pública sobre a norma.

De acordo com Eduardo Leão, diretor da ANM, quando foi dado o prazo de 2021, na resolução de fevereiro, havia a urgência do assunto – poucas semanas após o rompimento da barragem em Brumadinho deixar 270 mortos (22 ainda desaparecidos na lama). Mas após a publicação do documento, “o setor ponderou bastante que, às vezes, no apressar de uma descaracterização, podemos gerar um novo desastre.”

Ele afirma que “a prática de fazer descomissionamento e descaracterização de barragens é uma novidade para todo o setor mineral brasileiro” e que um processo gradual, de barragens de pequeno porte para de grande “pode ser uma ação mais segura, mais monitorada, tentando minimizar qualquer risco que tenha nesta atividade”.

Existem hoje no Brasil 61 barragens a montante, sendo 41 em Minas Gerais. O número foi revisado para baixo desde o desastre de Brumadinho, quando a ANM informava que havia 84 barragens desse tipo no País. Um processo de reclassificação, a partir de respostas fornecidas pelas empresas ao Sistema Integrado de Gestão de Segurança de Barragens de Mineração (SIGBM), considerou que barragens que tiveram só um alteamento a montante não são consideradas a montante.

Segundo o diretor, a maioria é classificada como de alto dano potencial – quando o rompimento ou mau funcionamento acarreta perda de vidas humanas e danos sociais, econômicos e ambientais. Questionado pelo Estado sobre o que pretende fazer para garantir a segurança de quem vive perto dessas barragens enquanto não são eliminadas, Leão disse que a agência está fortalecendo o sistema de monitoramento, o SIGBM.

“Acreditamos que é a melhor maneira de evitar acidentes. Entre Mariana e Brumadinho, tivemos nove episódios – nove barragens demonstraram problemas, mas o sistema de alerta funcionou, teve atuação imediata e conseguiram paralisar as barragens, fizeram atualizações. O sistema tem eficiência comprovada”, disse.

Lapso em Brumadinho

Sobre eventuais falhas nesse sistema que tenham resultado no desastre em Brumadinho, ele disse que “é provável que teve algum lapso que não foi reportado ao sistema”, lembrando que o repasse dessas informações cabe às empresas.

A resolução diz que, para minimizar o risco de rompimento, em especial por liquefação, das barragens alteadas pelo método a montante ou por método declarado como desconhecido, o empreendedor deverá concluir a elaboração de projeto técnico executivo de descaracterização da estrutura até 15 de dezembro de 2019 e concluir as obras do sistema de estabilização da barragem existente ou a construção de nova estrutura de contenção situada à jusante, conforme definição técnica do projetista, até 15 de setembro de 2021.

A Vale informou, por meio de nota, que trabalha para acelerar a descaracterização de nove barragens a montante em Minas. “O objetivo é que nos próximos três anos todas estejam descomissionadas ou com fator de segurança adequado e sem oferecer risco às pessoas e ao meio ambiente.” A empresa informou ainda que a “previsão é de que o descomissionamento das duas primeiras estruturas, Fernandinho e 8B, seja concluído no primeiro semestre de 2020.”

“Uma vez que existem riscos reais com essas barragens, elas deveriam ser descomissionadas ou descaracterizadas o quanto antes. É uma bomba-relógio. Quanto mais protelar, mais tempo as populações ficam em risco. Além disso, a mudança não reviu a questão do auto-monitoramento por parte das empresas, que é um dos maiores problemas. Essa intenção foi manifestada pela ANM em diferentes momentos desde o desastre de Brumadinho, mas se perdeu a oportunidade de fazer isso agora com a nova resolução”, diz o pesquisador Bruno Milanez, da Universidade Federal de Juiz de Fora, especialista em barragens.

Para Carlos Henrique Medeiros, presidente do Comitê Brasileiro de Barragens, a decisão de adiar foi acertada. “Descomissionar implica em desativar ou eliminar essas estruturas, sendo este um procedimento que exige a elaboração de estudos e projetos complexos e de execução arriscada e que demandam prazos, compatíveis, sendo esse o motivo da extensão dos prazos antes fixados; com base no elevado número de barragens atingidas pela resolução. Por outro lado, isso obriga a contratação de empresas e profissionais de comprovada experiência. São muitas as questões técnicas que precisam ser resolvidas, antes da decisão de descomissionar uma determinada estrutura.”

Rinaldo Mancin, diretor de Assuntos Ambientais do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram), a resolução de fevereiro foi bastante emergencial e logo foi colocada em consulta pública, que recebeu mais de 200 contribuições. “Percebeu-se que o prazo era muito apertado. E esse é um tema que está na fronteira do conhecimento. Descomissionar algo que guarda rejeito é muito novo, não há referência no mundo. Diferente de barragens de água, que contam com experiências mundiais.”

Saiba mais sobre as novas regras

Quanto à etapa de descaracterização da barragem, os prazos passaram a ser os seguintes: até 15 de setembro de 2022, para barragens com volume de 12 milhões de metros cúbicos, conforme Cadastro

Nacional de Barragens de Mineração; até 15 de setembro de 2025, para barragens com volume entre 12 milhões e 30 milhões de metros cúbicos; e até 15 de setembro de 2027, para barragens com volume acima de 30 milhões de metros cúbicos.

Pela norma anterior, o projeto técnico de descomissionamento deveria ser entregue agora em agosto, mas segundo Leão nenhuma empresa cumpriu esse prazo. As obras de reforço das estruturas deveriam estar prontas em fevereiro de 2020 e a extinção das barragens, em 15 de agosto de 2021.

A nova resolução mantém a proibição a empreendedores responsáveis por qualquer tipo de barragem de mineração de conceber, construir, manter e operar instalações da empresa "nas localidades pertencentes a poligonal da área outorgada ou em áreas averbadas no respectivo título minerário e inseridos na Zona de Autossalvamento (ZAS)" – região em que os avisos de alerta à população são de responsabilidade do empreendedor, por não haver tempo suficiente para uma intervenção das autoridades, e cuja distância corresponda a um tempo de chegada da onda de inundação igual a trinta minutos ou 10 quilômetros.

Os prazos para a desativação de estruturas ainda existentes nas ZAS também foram flexibilizados com a nova regulamentação: até 12 de outubro de 2019, devem ser desativadas ou removidas as instalações destinadas a atividades administrativas, de vivência, de saúde e de recreação, e também qualquer instalação, obra ou serviço que manipule, utilize ou armazene fontes radioativas; e até 15 de agosto de 2022, devem ser descaracterizadas as barragens de mineração ou estruturas vinculadas ao processo operacional de mineração para armazenamento de efluentes líquidos, situadas imediatamente à jusante da barragem de mineração cuja existência possa comprometer a segurança da barragem situada à montante. As datas anteriores eram agosto de 2019 e agosto de 2020, respectivamente.

"Por ter caráter regulatório, a ANM efetuará avaliação ex-post desta resolução em até 5 anos após a entrada em vigor desta resolução, tendo como premissa a segurança e o desenvolvimento sustentável da mineração", cita a norma, que já está em vigor.

Fonte: Estadão

Autores: Luci Ribeiro e Giovana Girardi

Data: 12/08/2019



NEXA MANTÉM RITMO DE OBRA EM PROJETO DE ZINCO NO MT

Desde janeiro, cerca de 700 pessoas estão trabalhando no canteiro de obras do maior projeto de mineração feito a partir do zero no país. A meta da Nexa Resources, companhia de zinco, cobre e chumbo controlada pela Votorantim, é finalizar o empreendimento até o fim de dezembro de 2020. A empresa está investindo US\$ 392 milhões (correspondente a R\$ 1,5 bilhão) na execução do projeto, situado em Aripuanã, no Noroeste de Mato Grosso, a 1 mil km de Cuiabá.

Em entrevista ao Valor, o presidente da companhia, Tito Martins, disse que a guerra comercial entre China e EUA não altera os planos do investimento. O projeto centra-se na parte mais rentável dessa indústria - mineração, que tem margens mais robustas que a metalurgia. A empresa prevê exportar 25% da produção do concentrado do metal e usar a grande parte em suas fundições.

Além disso, afirmou, no médio prazo se prevê equilíbrio favorável aos produtores entre oferta e demanda, refletindo-se no preço. A produção mundial de zinco metálico é da ordem de 14 milhões de toneladas por ano. Os dois grandes mercados consumidores do metal, usado em várias aplicações, como indústria automobilística e construção civil, são China e Estados Unidos.

Martins disse que a Nexa corre contra o tempo para fazer toda a terraplenagem até novembro, quando começa a época de chuvas na região. Após isso, começam as fundações de obras civis para montagem das instalações de beneficiamento das 6,3 mil toneladas ao dia de minério. Desse material serão extraídos zinco (a maior parte), cobre, chumbo, prata e ouro. Em zinco equivalente, serão 120 mil toneladas ao ano.

"Este é o segundo maior projeto de zinco do mundo, só perdendo, em tamanho, para outro no Cazaquistão", comentou Martins. Aos preços do metal hoje - na faixa de US\$ 2,3 mil a tonelada na Bolsa de Metais de Londres-LME -, Aripuanã vai adicionar receita de US\$ 250 milhões ao ano à Nexa, informou o executivo. Em lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda), a projeção é de US\$ 100 milhões.

A Nexa, que abriu o capital nas bolsas de Nova York e Toronto em outubro de 2017, tem 64,3% das ações em poder da Votorantim. No ano passado, a empresa obteve receita líquida de US\$ 2,5 bilhões e geração de Ebitda de US\$ 605 milhões. Produziu 556 mil toneladas de zinco metálico.

A nova mina, que integra o plano estratégico de vários projetos de expansão até 2025, tem vida útil projetada de 13 anos. Novas prospecções geológicas, porém, já indicam mais seis anos. A empresa vai realizar outra campanha de furos. A mina será subterrânea, com profundidade de 350 a 700 metros.

Seguindo um padrão de outras minas da Nexa, Aripuanã, diz o executivo, fará a deposição de rejeitos a seco - nasce sem barragem, um problema do setor no país com os últimos desastres em Minas Gerais. A partir da filtragem, o rejeito será empilhado e protegido por camadas de material específico. Com sistema de "westlands", prevê captar águas da chuva e recircular 100% da água tratada no beneficiamento.

"Quando Aripuanã entrar em operação, mais de 80% de todas as operações da Nexa terão deposição de rejeitos a seco. Já estamos com Vazante (MG) e Cierro lindo, no Peru. Faltam duas minas", informa Martins. Em Morro Agudo (MG), todo o resíduo gerado é vendido como corretivo de solo para agricultura. Passa de 1 milhão de toneladas por ano.

Segundo Martins, no auge de toda a obra do projeto, haverá 1,6 mil trabalhadores. Para operar o empreendimento, a partir do primeiro trimestre de 2020, estão previstos 750 funcionários diretos. Com o apoio do Senai, esse número - de pessoas de Aripuanã, cidade de 25 mil habitantes - já está em treinamento. Com indiretos, a previsão é de mais de mil pessoas.

O executivo informa que será a operação de mina com a maior participação de mulheres no mundo - a meta é empregar 50% de mão de obra feminina. Tanto para área administrativa, quanto de beneficiamento e das frentes de lavra do minério. Segundo disse, dos 1.500 inscritos no programa de qualificação profissional na cidade, 54% era de mulheres.

Para escoar a produção, a Nexa fará transporte por caminhões, em cerca de 1,2 mil km, até Rondonópolis (MT). Desse ponto, explica Martins, grande parte irá por ferrovia (da Rumo e da MRS) até Santos (SP) - para exportação para a Ásia (principalmente Coreia do Sul) - e Juiz de Fora, onde está uma das duas fundições de zinco da empresa em Minas Gerais. A outra fica em Três Marias.

"Temos de ser competitivos para chegar até o mercado da Coreia", afirmou Martins. O projeto é um dos pilares da estratégia de crescimento para se consolidar entre as cinco maiores produtoras de zinco do mundo, e líder na América Latina. A expansão em cobre também faz parte do plano.

No primeiro semestre, a mineradora - segundo maior negócio da Votorantim - teve receita líquida de US\$ 1,18 bilhão. Para o ano, a Nexa divulgou durante o balanço do segundo trimestre projeções de produção:

395 mil toneladas de zinco metálico, 38 mil de cobre, 55 mil de chumbo, 9 milhões de onças de prata e 24 mil onças de ouro (cada onça equivale 31,1 gramas). Em zinco equivalente, a produção total vai beirar 600 mil toneladas.

Mercado sob pressão

Cotações do zinco e do cobre vêm caindo no ano – em US\$/tonelada

Zinco*



Cobre*



Fonte: LME Elaboração: Valor Data *Cotação de venda do contrato para entrega em 3 meses

Fonte: Valor

Autor: Ivo Ribeiro

Data: 12/08/2019

DEPUTADO PROPÕE PACTO PELA MINERAÇÃO SUSTENTÁVEL EM MINAS GERAIS

Coordenador da Comissão de Barragens da Câmara dos Deputados, Zé Silva (Solidariedade-MG) propôs ao governo um pacto que garanta a exploração sustentável da próxima região de Minas Gerais a ser explorada através da mineração: o Vale do Jequitinhonha. A intenção, que recebeu o apoio do deputado federal Euclides Pettersen (PSC-MG) e de prefeitos da região, é evitar que a região sofra com atividades danosas ao meio ambiente e que possam provocar tragédias como as de Brumadinho e Mariana. Afinal, a maior reserva de lítio do Brasil foi descoberta recentemente no Vale do Jequitinhonha e será explorada já a partir do próximo ano pela mineradora Sigma.

"Na comissão, chegamos ao diagnóstico de que a mineração precisa de um novo marco regulatório, que seja sustentável e responsável e não ameace vidas nem o meio ambiente, como aconteceu em Brumadinho e Mariana. Por isso, fomos ao Vale do Jequitinhonha, onde está sendo implementada uma planta de aproveitamento e processamento de lítio em que serão investidos mais de R\$ 500 milhões", explicou Zé Silva.

O deputado apresentou este pedido junto com Petterson, que também faz parte da Comissão de Barragens da Câmara, os deputados estaduais Carlos Henrique (PRB) e Marquinhos Lemos (PT), e prefeitos de 17 cidades do Vale do Jequitinhonha, ao governo federal nessa sexta-feira (9), durante visita do secretário de Geologia, Mineração e Transformação Mineral do Ministério de Minas e Energia, Alexandre Vidigal de Oliveira, ao Vale do Jequitinhonha. O documento foi assinado por Oliveira e por um representante do governo de Minas Gerais, mas também será apresentado por Zé Silva ao ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, na próxima semana.

O deputado explicou que a ideia é garantir a construção de um compromisso para que a região do Vale do Jequitinhonha seja minerada através de práticas sustentáveis e responsáveis, como as que determinam as leis aprovadas pela Comissão de Barragens da Câmara, que aguardam a apreciação do Senado para serem promulgadas. Espera-se, por exemplo, que os dejetos da mineração não sejam depositados em barragens como as de Brumadinho e Minas Gerais. A ideia é que os dejetos sejam empilhados a seco e que 90% da água usada na mineração seja tratada para ser devolvida à natureza.

Além disso, pede-se que o lítio retirado da região seja explorado no próprio Vale do Jequitinhonha, ao contrário do que acontece com o granito minerado na região atualmente, que é processado fora dali. Zé Silva explica que o Vale do Jequitinhonha é uma das regiões mais pobres de Minas Gerais, mas pode se desenvolver com a exploração responsável do lítio. "O lítio é o combustível do futuro, pois é a base das baterias dos nossos smartphones e dos carros elétricos", explicou o deputado, lembrando que, se bem projetada, a mineração do lítio pode criar milhares de empregos em Minas Gerais, compensando os postos de trabalho que foram perdidos com os desastres das barragens de Brumadinho e Mariana.

Fonte: Congresso em Foco

Autora: Marina Barbosa

Data: 10/08/2019

VOTORANTIM CIMENTOS INICIA OPERAÇÃO DE NOVA LINHA DE PRODUÇÃO DE CORRETIVOS DE SOLO EM NOBRES (MT)

Unidade, que recebeu investimento de R\$ 42 milhões, tem capacidade de produção de 1 milhão de toneladas/ano de calcário agrícola e irá abastecer clientes do agronegócio no Centro-Oeste

A Votorantim Cimentos concluiu a construção de uma nova linha de produção de calcário agrícola em sua fábrica em Nobres (MT), que já está operando. Com a ampliação, que recebeu investimentos de R\$ 42 milhões, a empresa aumentou em 750 mil toneladas por ano a sua capacidade de produção de insumos agrícolas no Mato Grosso, passando de 250 mil toneladas por ano para 1 milhão de toneladas por ano.

A unidade iniciou a operação com capacidade máxima, expedindo mais de 100 mil toneladas de insumos agrícolas por mês e com 100% da produção vendida. Hoje, os principais clientes da companhia são produtores de soja, milho e algodão da região Centro-Oeste, principal polo do agronegócio do país.

Atualmente, a unidade de Nobres produz duas linhas de corretivos de solo com a marca Calcário Itaú – que são os calcários calcínicos e os calcários dolomíticos. Segundo o gerente geral de Insumos Agrícolas da Votorantim Cimentos, Laércio Solla, a empresa já desenvolve experimentos para diversificar o portfólio e oferecer novas soluções ao mercado agrícola.

“Mato Grosso é um estado líder na produção de grãos e investir na ampliação da fábrica de Nobres é estratégico para ampliarmos nossa capacidade de atendimento ao agronegócio brasileiro. Nos próximos anos, lançaremos soluções ainda mais competitivas, como mix de minerais e uma linha de óxidos para proporcionar aos produtores uma nutrição mais profunda e, conseqüentemente, melhores resultados no campo. A unidade de Nobres irá produzir nossa linha completa de soluções agrícolas”, afirma Solla.

Com a ampliação, a fábrica da Votorantim Cimentos em Nobres (MT) tornou-se uma das maiores unidades de produção de insumos agrícolas no Brasil, ao lado da unidade da companhia em Itaú de Minas (MG), que também possui capacidade de produção de 1 milhão de toneladas por ano.

Melhor qualidade na produção de alimentos

Os solos brasileiros, em especial o do bioma Cerrado, possuem pH (nível de acidez) excessivamente ácido, o que leva à diminuição na disponibilidade de nutrientes como fósforo, cálcio, magnésio e potássio que, dependendo do manejo e da adubação utilizados, podem atingir níveis de deficiência e toxicidade às plantas.

O manejo correto do solo, por meio da calagem, também oferece ganho ambiental, grande preocupação da agricultura moderna, e que inclui conceitos de conservação e sustentabilidade, de modo que os recursos naturais, notadamente o solo e a água, possam ser conservados para gerações futuras. O uso de calcário agrícola melhora as propriedades físicas do solo, proporcionando melhor aeração e circulação de água, favorecendo o desenvolvimento das raízes.

As características do Calcário Itaú, como processamento diferenciado devido à grande experiência da empresa no mercado de cimentos, o torna mais fino que os produtos comercializados no mercado. Também resulta em um produto mais econômico, de reatividade mais rápida, com maior absorção devido ao aumento de superfície de contato com o solo. O Calcário Itaú proporciona melhor aproveitamento dos nutrientes pela planta, aumentando a qualidade dos alimentos que chegam à mesa dos brasileiros.

Insumos agrícolas na Votorantim Cimentos

A Votorantim Cimentos produz calcário agrícola há 25 anos. É líder na comercialização de calcário agrícola no Brasil e a única empresa com presença nacional. Em 2016, essa unidade de negócio cresceu significativamente, contribuindo com a estratégia de diversificação de portfólio da companhia. Nos últimos três anos, foram investidos R\$ 104 milhões para a construção e adaptação de novas fábricas do insumo no país.

Sobre a Votorantim Cimentos

Fundada em 1933, a Votorantim Cimentos se tornou uma das maiores empresas globais do setor. O portfólio de materiais de construção vai além dos cimentos e inclui concretos, argamassa e agregados, além de insumos agrícolas. São quase 12 mil empregados e uma receita líquida de R\$ 12,6 bilhões em 2018. As unidades da Votorantim Cimentos estão estrategicamente próximas aos mais importantes mercados consumidores em crescimento e presente em dez países, além do Brasil: Argentina, Bolívia, Canadá, Espanha, Estados Unidos, Luxemburgo, Marrocos, Tunísia, Turquia e Uruguai. Se no passado a Votorantim Cimentos tinha orgulho de ter contribuído para o desenvolvimento e industrialização do país, hoje a empresa constrói o futuro com parcerias, diversidade, inovação e sustentabilidade, sempre focada em seu propósito: a vida é feita para durar.

Fonte: Portal da Mineração

Data: 08/08/2019



JUPITER GOLD RECEBE LICENÇA DE MINERAÇÃO PARA PROJETO DE OURO PARACATU

A Jupiter Gold informou, nesta segunda-feira (5), que recebeu a licença inicial de mineração para o seu projeto de ouro Paracatu, em Minas Gerais. O Diário Oficial da União (DOU) publicou, em sua edição de 29 de julho de 2019, a concessão à subsidiária brasileira da Jupiter Gold do “Guia de Utilização” número 111-2019, com relação ao seu número de direito mineral do Projeto Paracatu

A licença permite a mineração comercial de ouro em até 50.000 toneladas por ano durante três anos. Esse tipo de licenciamento pode ser renovado ou expandido. A subsidiária da Jupiter Gold detém o título deste direito mineral. A Brazil Minerals detém, atualmente, uma participação acionária de 47% na Jupiter Gold.

O projeto Paracatu é 100% de propriedade da Jupiter Gold. É constituído por um direito mineral de 312,66 hectares (773 acres), localizado no município de Paracatu, no noroeste de Minas Gerais, uma área conhecida pela produção de ouro desde 1722. O projeto está localizado a 6,5 quilômetros da maior mina de ouro do Brasil, a Morro do Ouro, onde são produzidas mais de 500 mil onças de ouro anualmente pela Kinross Gold, a quarta maior mineradora do mundo em produção.

O direito mineral da Jupiter Gold abrange uma planície aluvial ao longo do Córrego do Rico, que drena Morro do Ouro - mina a céu aberto onde há reserva de 16 milhões de onças de ouro, de acordo com relatórios publicamente disponíveis.

A Júpiter Gold informou que havia, inicialmente, planejado uma campanha de perfuração exploratória para o projeto Paracatu com seis furos com espaçamento de 100 metros. Após a perfuração inicial, a visualização imediata de ouro fino em vários buracos resultou na decisão de expandir de uma campanha de perfuração exploratória para uma detalhada. Um total de 23 buracos espaçados de 25 a 30 metros foram perfurados usando uma broca rotativa de percussão Banka de quatro polegadas.

O ouro foi visualizado em 18 dos 23 furos executados. Ouro fino foi observado dentro do cascalho em profundidades, variando de 0,5 metros (aprox. 20 polegadas) a 7,8 metros (aprox. 26 pés). As amostras

foram submetidas à unidade de laboratórios da SGS-Geosol em Belo Horizonte (MG), onde a análise geoquímica foi realizada pelos protocolos de absorção atômica do ensaio de incêndio, e 18 dos 23 furos foram confirmados como positivos para o ouro.

Fonte: Notícias de Mineração

Data: 05/09/2019



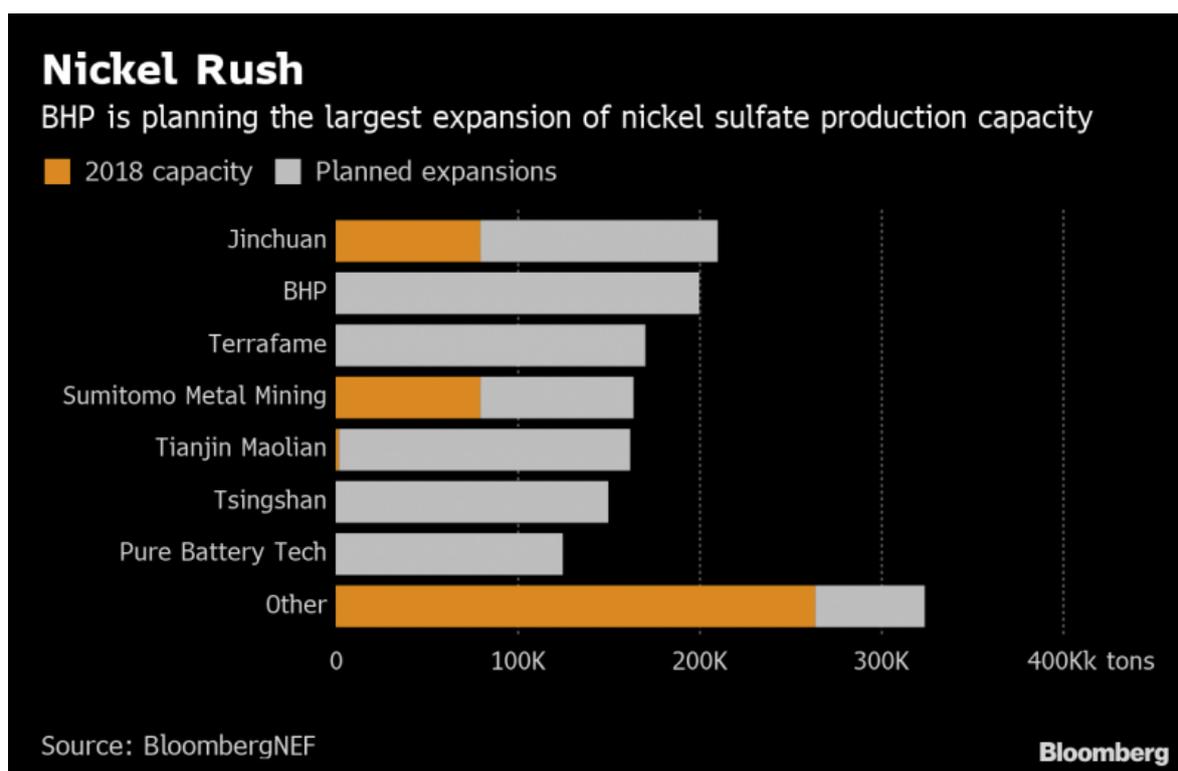
MINERADORAS DIVERGEM EM ESTRATÉGIA PARA MERCADO DE BATERIAS

As maiores mineradoras do mundo, como a BHP e a Glencore, agora acreditam de fato na revolução das baterias de veículos elétricos, mas as gigantes do setor têm uma opinião diferente sobre quais metais vão fornecer a melhor exposição a longo prazo para o mercado global em desenvolvimento.

A BHP reformulou uma unidade de níquel de baixa produção na Austrália Ocidental para focar no setor, enquanto a Rio Tinto acelera projetos para entrar no mercado de lítio. A Glencore se concentra em cobalto e cobre, e a Anglo American avalia perspectivas para a platina e o paládio a serem utilizados em futuras tecnologias de baterias.

“ Fizemos uma revisão de todos os materiais de insumo de baterias – níquel, cobalto, lítio”, disse Eduard Haegel, presidente de ativos da unidade Nickel West da BHP. “Acreditamos que, no médio a longo prazo, haverá uma margem que será apropriada para o níquel – achamos que é uma commodity atraente.”

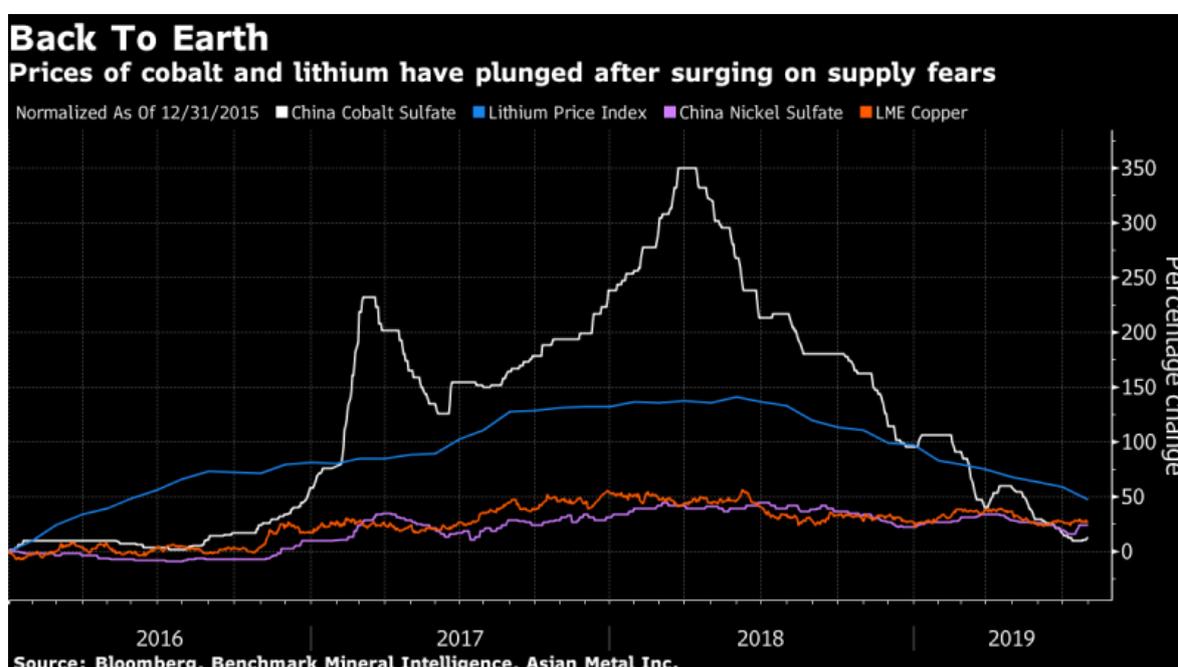
A BHP, a maior mineradora do mundo, voltou atrás nos planos de longo prazo de buscar um comprador para a divisão, optando por manter a Nickel West com o objetivo de se beneficiar do crescimento previsto das baterias íon-lítio e da escassez de níquel de alta qualidade. A partir do segundo trimestre de 2020, a unidade começará a produção de sulfato de níquel de cor turquesa brilhante – uma matéria-prima premium para a cadeia de fornecimento de baterias – em uma usina de níquel ao sul de Perth, com planos de realizar a maior expansão do setor.



A perspectiva para as matérias-primas de baterias se consolida à medida que governos estabelecem metas para a desativação de veículos com motor a combustão e montadoras se comprometem a expandir as linhas de modelos elétricos, disse Angela Durrant, analista da Wood Mackenzie, de Sydney. “O perfil está certamente se tornando mais claro”, acrescentou.

A chegada ao mercado de mais de 140 milhões de veículos elétricos até 2030 exigirá 3 milhões de toneladas a mais de cobre por ano, 1,3 milhão de toneladas de níquel e cerca de 263 mil toneladas de cobalto, de acordo com as previsões da Glencore. Em 2040, quase 60% das vendas de veículos novos e cerca de um terço dos carros em circulação serão elétricos, segundo relatório de maio da BloombergNEF.

A BHP avalia que a oferta global de lítio é abundante e que o cobalto corre risco de substituição, reduzindo a atratividade de ambas as commodities, disse o diretor financeiro da mineradora, Peter Beaven, durante uma palestra em maio. A Rio Tinto também segue cautelosa em relação ao cobalto, enquanto o presidente da Glencore, Ivan Glasenberg, disse em 2017 que a empresa tem “interesse zero” no lítio, em parte devido à falta de oportunidades de arbitragem.



Fonte: Bloomberg

Autor: David Stringer

Data: 05/08/2019



MPF PEDE QUE JUSTIÇA OBRIGUE AGÊNCIA DE MINERAÇÃO A CANCELAR PERMISSÕES DE LAVRA GARIMPEIRA

Fraudadores registram garimpos de fachada para extrair ouro ilegal através de lavras autorizadas

O Ministério Público Federal (MPF) pediu à Justiça que a Agência Nacional de Mineração (ANM) cancele todas as Permissões de Lavra Garimpeiras (PLGs) com prazo de exploração vencido e as permissões cujos relatórios anuais de produtividade não tenham sido apresentados ou que não tenham informado a produção efetiva da lavra.

Em alerta do MPF são elencados pontos que facilitam aos criminosos a comercialização do ouro. Já que, assim, os fraudadores enganam a fiscalização, utilizando a área concedida para extrair ouro, através

das milhares de lavras com exploração autorizada, mesmo que o prazo para exploração tenha vencido sem que os trabalhos tenham sido iniciados, ou que a prestação anual de contas registre produção nula ou incompatível com a indicada em notas fiscais.

De acordo com o MPF, o que ocorre é a falta total de informatização do sistema de controle, falta de fiscalização, somada a uma legislação ultrapassada, que desconsidera a entrada das empresas de mineração de escala industrial.

Ao ser negligente com a fiscalização do uso das permissões de lavras garimpeiras e a produtividade, o país incentiva o crescimento desse mercado. Como essas permissões são negociáveis, e não há limite para o número de permissões que uma empresa ou uma pessoa podem ter, e as lavras não são fiscalizadas, especuladores buscam obtê-las em massa, apenas para revendê-las.

Facilidade no ‘esquentamento’

Em ações ajuizadas este ano, com base em provas obtidas em investigação inédita, para esmiuçar o funcionamento de uma das maiores empresas compradoras de ouro no maior polo da mineração ilegal no Brasil, a bacia do Tapajós, no sudoeste do Pará, o MPF em Santarém exemplifica como o “esquentamento” (acobertamento) da origem ilegal do ouro é facilitado pelo não cancelamento de PLGs de áreas não exploradas ou que apresentem relatórios de produtividade sem indicação da produção efetiva.

O posto de compra da Ourominas registrou em 704 notas fiscais que a maior parte do ouro adquirido pela empresa entre fevereiro de 2017 a maio de 2018 – um total de 81 quilos do minério – tinha sido extraído de três áreas com PLGs válidas. No entanto, a detentora das permissões informou à investigação que a extração sequer tinha sido iniciada.

No total, só de 2015 a 2018 foram feitas 4,6 mil transações ilegais pelo posto da Ourominas em Santarém, perfazendo 610kg do minério adquiridos de maneira ilícita, um prejuízo de R\$ 70 milhões à União. E esse prejuízo pode ser muito maior, tendo em vista que o valor foi calculado com base nas indicações das notas fiscais, que são preenchidas apenas pelos criminosos, com indicações bem inferiores ao valor de mercado.

Só na bacia do Tapajós são comercializadas ilegalmente 30 toneladas de ouro por ano – R\$ 4,5 bilhões em recursos não declarados –, seis vezes mais que o comércio legal na região. Esse número pode ser bastante maior, tendo em vista que o descontrole sobre a cadeia econômica do ouro não permite que exista a garantia de uma mínima margem de acerto nas projeções sobre o volume de minério comercializado ilegalmente.

Desde o final de julho o MPF tem publicado uma série de notícias para resumir as várias fragilidades do sistema de controle da cadeia do ouro possibilitam a atuação de organizações criminosas como a denunciada pela instituição e geram prejuízos financeiros, sociais e ambientais de proporções devastadoras. Também estão sendo descritos os pedidos feitos pelo MPF à Justiça relativos às instituições públicas e às empresas processadas.

Fonte: G1

Data: 12/08/2019



PROJETO DA BAMIN VIABILIZA FIOLE E PORTO SUL

Se a implantação da Bamin-Bahia Mineração fosse comparado a uma viagem, estaríamos naquele momento em que, ainda na estrada, já se vislumbra o destino final. A mina da empresa, em Caetité, está

pronta. O Porto Sul, em Ilhéus, por onde serão escoadas 20 milhões de toneladas de minério de ferro por ano, já possui todas as suas licenças. E o primeiro trecho da Ferrovia de Integração Oeste-Leste (Fiol), que vai ligar os dois pontos, está 80% concluída. O presidente da Bamin, Eduardo Ledsham, já projeta até o primeiro embarque, em agosto de 2023.

Quem é

Eduardo Ledsham esteve à frente do Serviço Geológico do Brasil (CPRM), ligado ao Ministério de Minas e Energia, de agosto de 2016 a agosto de 2017. Entre 2012 a 2015 esteve como CEO da B&A Mineração. Foi também Diretor Global de Exploração e Desenvolvimento de Projetos Mineraiis e Diretor Global de Energia, Fertilizantes, Exploração, Desenvolvimento e Implantação de Projetos na Vale, onde atuou por 26 anos. É formado em Geologia pela Universidade Federal de Minas Gerais.

Qual é a situação do projeto da Bamin em Caetité?

A Bamin investiu nos últimos nove anos e alcançou um projeto que está pronto para ser implementado. Nós temos todas as licenças necessárias para a operação, tanto da mina, quanto do Porto Sul. O nosso caminho crítico sempre foi esperar a Fiol (Ferrovia de Integração Oeste-Leste), que já está se tornando uma realidade. O governo federal espera colocar em leilão no primeiro semestre de 2020. Nossa expectativa é realizar o primeiro embarque em agosto de 2023.

A produção comercial da Bamin é suficiente para viabilizar esses dois projetos de infraestrutura?

A capacidade da ferrovia é de 60 milhões de toneladas por ano e a Bamin vai produzir 18 milhões, praticamente um terço, e isso daí já justifica a participação no leilão. E a grande vantagem é que você vai alavancar muitas oportunidades que hoje demandam infraestrutura. Então, essa estrutura logística atende à Bamin no primeiro momento, mas cria um espaço para novos projetos. Tem dois terços da capacidade que vão ficar à disposição de outras oportunidades. O porto tem capacidade para 40 milhões de toneladas e nós vamos usar no máximo 50%. O excedente vai ficar disponível para outros negócios, tanto da mineração, quanto do agronegócio. Se você analisar o projeto de maneira integrada – com a mina, a ferrovia e o porto – só com a operação da Bamin ele já se viabiliza, sim.

Se hoje você tivesse a infraestrutura, já daria para produzir minério?

A mina já poderia estar operando agora. A gente já retirou uma pequena amostra para testes comerciais, de 1 milhão de toneladas, e escoamos parte dessa produção pela ferrovia entre Minas e a Bahia (FCA), controlada pela VLI. Enviamos amostras para a Europa e China, para fazer testes. O único gargalo é que para escoar 18 milhões de toneladas precisamos da Fiol.

Quanto é que já foi investido neste projeto e quanto mais pretendem investir?

Em nove anos, incluindo a aquisição, intenso programa de sondagens e pesquisas, testes, estudos de engenharia, que levaram o projeto a um nível de maturidade e conforto para o investidor, foram mais de R\$ 1,8 bilhão já investidos. E para o projeto integrado, estamos falando de cerca de R\$ 10 bilhões a serem investidos nos próximos quatro anos.

Qual é o impacto de um projeto como este para a economia baiana, de modo geral, e para Caetité, falando mais especificamente?

Vou te dar um exemplo concreto. Hoje, a maior operação de minério de ferro no Brasil está no Norte, em Carajás (PA). Quando se tomou a decisão de investir em infraestrutura, iniciou-se com uma operação de 5 milhões de toneladas por ano. Hoje está indo para 200 milhões.

A gente aqui na Bahia começa quatro vezes maior do que eles lá no início.

Isso, mas a capacidade de alavancar oportunidades é dez vezes maior. É claro que existe um limite de escoamento da ferrovia. Mas quando você vê o número de ocorrências mineraiis no decorrer da ferrovia,

a integração entre o trecho I e o trecho II, que vai buscar toda produção de grãos, que hoje é escoada de caminhão, fica claro que vai se abrir um corredor que vai alavancar e muito não apenas a economia local, mas vai gerar uma integração com a parte central do país, que hoje não existe.

Quando a gente em 60 milhões de toneladas por ano, capacidade prevista para a Fiol, parece uma imensidão. Há o risco desse volume se tornar insuficiente?

Trabalhando em um horizonte de 10 anos, eu acredito que praticamente 100% dessa capacidade será utilizada. Novas oportunidades aí vão requerer futuras expansões. Mas, pé no chão, essa capacidade de escoamento vai atender tanto à nossa demanda, quanto a produção de grãos e outras oportunidades minerais.

Como vai ser a gestão do Porto Sul?

Nós fizemos um trabalho junto com o governo do estado para uma unificação dos terminais. Isso daí traz vantagens para todos os lados. Vamos iniciar uma operação, que terá espaços para futuras expansões. A ideia é atrair um operador portuário e um investidor e o que eu posso dizer é que há uma grande procura por parcerias no projeto, principalmente porque o mercado de ferro teve uma guinada muito grande e existe uma busca do lado dos clientes por minérios de qualidade, que é hoje o diferencial competitivo da Bamin. Nossa ideia é atrair parcerias de investimento e de operadores com expertise na área portuária.

Quais são as características do minério de vocês?

Nós temos dois tipos de minérios. Temos a hematita, que não precisa de processos de concentração, é o que a gente chama de produção a seco. São 10 milhões de toneladas por ano deste minério. Ele tem acima de 66% de ferro contido. Tem sílica baixa, alumina baixa... O que é que isso impacta? Hoje, o maior mercado consumidor é o chinês e existe uma decisão de governo de reduzir a quantidade de emissões de CO2. A saída das siderúrgicas para atender essa redução nas emissões é utilizar o minério de qualidade, que vai consumir menos carvão. Hoje já é uma demanda do mercado chinês, assim como é na Europa e no Japão. E nós temos um outro tipo de minério, que é o itabirito, que tem um teor mais baixo, de 38%, e exige uma concentração, mas também com contaminantes baixos. A combinação destes dois produtos atende tanto o mercado asiático, quanto do Oriente Médio.

Em quanto tempo se atinge o patamar de 18 milhões de toneladas por ano?

Eu acredito que em dois anos iremos atingir 100% da nossa capacidade.

O rompimento da barragem de Brumadinho criou um certo temor na sociedade em relação à questão das barragens. Como vocês vão tratar o rejeito?

Brumadinho foi uma tragédia humana e é natural que a população próxima de áreas mineradoras tentem entender melhor esses processos. A nossa operação é a jusante (na parte mais baixa em relação ao fluxo de água e considerada mais segura). Nossos indicadores de risco são muito mais rigorosos que os exigidos internacionalmente. Isso dá conforto e segurança. As pessoas podem imaginar que houve problemas com uma empresa como a Vale, como a BHP (em Mariana) e perguntar, 'por que na Bamin não vai ter?'. Não vai ter por que nós temos consciência de que somos menores, então temos que ser os melhores. Vamos além para ter a confiança da população. Nós tivemos diversas audiências recentes, explicamos nosso modelo de engenharia, mostramos que após o que aconteceu em Mariana, antes de Brumadinho, duplicamos nosso investimento na barragem. Estamos trabalhando muito acima dos limites exigidos exatamente para trazer esse conforto. E não estamos parados, estamos buscando tecnologias para reduzir o uso de água no rejeito.

Como vocês trabalham a questão da sustentabilidade, não apenas ambiental, mas social também?

Este é um dos pilares do nosso projeto. É um dos valores que a Bamin considera. Um exemplo disso é que trabalhamos com a reutilização de quase 90% de toda a água do processo. Vamos trabalhar para maximizar ainda mais isso.

Vocês estão numa região que tem deficiência hídrica...

Exatamente, estamos investindo numa adutora de 153 quilômetros. Parte disso vai atender à população. Com parte da água que vai ser reutilizada, vamos manter o manancial que existe ao redor. Do ponto de vista social, temos uma exigência de trabalhar com pelo menos 60% de mão de obra local e queremos trabalhar com muito mais que isso. Já iniciamos um programa de formação, tanto em Caetité quanto em Ilhéus. Essas pessoas vão atender tanto a Bamin, quanto projetos futuros.

Vocês estão trabalhando em novos projetos na Bahia, além de Caetité?

A empresa controladora da Bamin definiu a criação de um veículo, que é a empresa de mineração Pedra Cinza e começamos pelo estado da Bahia. Ganhamos uma licitação de um projeto de zinco, chumbo e fosfato na região de Irecê. Ainda está em fase de pesquisa, com um compromisso de investimento nesta fase de até R\$ 6 milhões. Temos a expectativa de que isso se torne uma operação de zinco, que tem uma demanda no mercado mundial. Estamos avaliando outras oportunidades, não apenas na Bahia, mas no Brasil. Queremos uma diversificação numa linha integrada de negócios ligada à baterias. Então, estamos falando de cobre, níquel, terras raras, lítio... Há uma motivação em buscar algo novo.

Fórum discute o futuro da mineração

Integrantes da cadeia de produção do setor se reúnem na próxima quarta para discutir os investimentos em inovação e os caminhos para uma atuação mais sustentável do setor. A Companhia Baiana de Pesquisa Mineral (CBPM) e a Secretaria de Ciência Tecnologia e Inovação da Bahia (Secti), promovem, com o apoio do CORREIO, o 1º Fórum Internacional de Inovação e Sustentabilidade na Mineração, que tem como patrocinadores a Companhia Vale do Paramirim, Bahia Mineração (Bamin), Sindicato das Indústrias Extrativas de Minerais (Sindimiba) e a Vanádio de Maracás S/A.

Entre as presenças já confirmadas no evento estão Alexandre Vidigal de Oliveira, que é Secretário de Geologia, Mineração e Transformação Mineral do Ministério de Minas e Energia (MME), Victor Bicca, que é diretor-geral da Agência Nacional de Mineração (ANM), e Rinaldo Mancin, diretor do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram).

O fórum será realizado na Federação das Indústrias do Estado da Bahia (Fieb), no bairro do Stiep, com o credenciamento a partir das 08h e as atividades das 09h às 17h30.

Fonte: Correio

Autor: Donaldson Gomes

Data: 13/08/2019



ALEXANDRE VIDIGAL É ELEITO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA CPRM

O secretário de Geologia, Mineração e Transformação Mineral do Ministério do Minas e Energia, Alexandre Vidigal, foi eleito para presidir o Conselho de Administração da CPRM, durante reunião do colegiado. Vidigal substitui Otto Bittencourt à frente do Conselho pelos próximos dois anos.

“A CPRM é uma empresa ímpar no País, nenhuma outra estatal exerce as atribuições relevantes que a CPRM desempenha. Vejo com muita responsabilidade essa função de membro e presidente do Conselho de Administração porque temos que ter como foco uma visão de que os melhores resultados devem ser sempre buscados”, destacou Vidigal após reunião do Conselho de Administração.

Vidigal disse ainda que o setor de geologia e mineração possui carências reconhecidas pelo próprio setor. “Precisamos incrementar as pesquisas e dotar a CPRM dos melhores recursos tecnológicos e de conhecimento possíveis para que esses resultados sejam alcançados”, disse Vidigal.

Alexandre Vidigal, Lília Mascarenhas Sant’Agostino, secretária adjunta de Geologia, Mineração e Transformação Mineral, do Ministério de Minas e Energia e Geraldo Medeiros Moraes, do Ministério da Economia, foram eleitos para compor o Conselho de Administração da CPRM, durante Assembleia Geral Ordinária de Acionistas, realizada nesta segunda-feira (12/8) em Brasília. Frederico Bedran e José Ubaldino também foram eleitos para compor Conselho Fiscal da empresa.

Fonte: CPRM

Autor: Warley Pereira

Data: 14/08/2019



BARRAGEM ABANDONADA EM BRUMADINHO PODE SER BOMBA-RELÓGIO

Com rachaduras e cupinzeiros, estrutura inutilizada abriga rejeitos de mineração próximo a epicentro do desastre que deixou 270 mortos em janeiro. Em ação contra empresa responsável, MP diz que situação é preocupante

Numa das saídas da rodovia Fernão Dias, principal ligação entre São Paulo e Belo Horizonte, o acesso à barragem B1-a, no município de Brumadinho, é cheio de obstáculos. Apesar de curto, o trecho até a estrutura só pode ser percorrido com um veículo 4x4, e não é livre de riscos. O abandono é visível não só na estrada e na antiga portaria: trincas estão expostas em toda a barragem, que acumula rejeitos de mineração e está coberta por água.

O lugar pertence à Emicon Mineração e Terraplanagem Limitada, registrada nos nomes dos sócios Sérgio Duarte e Genuíno Soares Duarte. Sob responsabilidade da empresa estão ainda uma outra barragem, chamada Quéias, e dois diques, B3 e B4. Não está claro quando a exploração do minério de ferro foi encerrada e a empresa se retirou dali.

O que se sabe é que a situação é preocupante, como atesta um laudo da Defesa Civil ao qual a DW Brasil teve acesso. "As barragens e as estruturas encontram-se em total situação de abandono", conclui o documento, citando ainda as várias rachaduras, árvores, cupins e formigueiros nas estruturas.

O complexo fica a poucos quilômetros do epicentro da tragédia que matou 270 pessoas em janeiro último em Brumadinho. Na ocasião, a barragem de rejeitos I da Vale se rompeu e liberou cerca de 12 milhões de metros cúbicos de lama no ambiente, contaminando rios, matando animais e vegetação e forçando sobreviventes a se mudarem.

No caso da Emicon, um rompimento tem potencial de causar danos numa proporção semelhante. Os rejeitos poderiam arrasar comunidades logo abaixo da estrutura, causar mortes, interromper pelo menos três trechos da rodovia Fernão Dias e contaminar o sistema de água rio Manso, que abastece a Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Sem atestado de estabilidade

A pedido da DW Brasil, Carlos Barreira Martinez, especialista em barragens da UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais) avaliou as fotos feitas durante a reportagem que mostram a situação da barragem.

"Há pelo menos uma trinca muito evidente com vegetação interna, além dos cupinzeiros", comenta Martinez sobre os pontos mais visíveis. "É assustador e preocupante."

Segundo Martinez, a inconformidade é gritante. "As raízes da vegetação infiltram na estrutura, criam canais internos que podem dar início à passagem de água e o efeito de ruptura", diz sobre os riscos. "São necessárias ações urgentes por parte do Estado e do proprietário. É preciso descomissionar a barragem", opina Martinez, ressaltando a importância de uma visita técnica ao local e realizações de ensaios para um diagnóstico preciso.

No banco de dados da Agência Nacional de Mineração (ANM), o documento mais atual disponível para consulta informa que há "vistorias planejadas" nas estruturas B1-a, diques B3 e B4 da Emicon em Brumadinho.

O alarme soou depois que a empresa responsável não entregou à agência o resultado da chamada Inspeção de Segurança Regular, em que o empreendedor atesta a segurança da barragem. O prazo venceu em março último.

Foi então que o Ministério Público de Minas Gerais entrou com uma ação contra a Emicon. O processo cita uma nota técnica emitida pela ANM que diz ser "inegável que a situação deste conjunto de barragens é de extrema preocupação pelo seu caráter de abandono e que são necessárias várias ações para trazê-las para uma condição de segurança e conforto para a sociedade e meio ambiente".

Segundo o documento, a B1-a não é de alteamento a montante - modelo que ruiu em Brumadinho, da mineradora Vale, e em Mariana, da Samarco, em 2015. Ainda assim, não há garantias.

"Embora sejam barragens de construção mais robustas, por não serem construídas por alteamento a montante, a segurança de todas elas não estão garantidas, sendo necessário o início imediato dos planos de ações propostos para cada uma das barragens constantes dos relatórios de Inspeção de Segurança Regular [...]".

Proximidade perigosa

No relatório feito após a inspeção de técnicos da Defesa Civil, a recomendação dada ao Ministério Público é que órgão solicite medidas urgentes. Segundo o documento, a indicação é que os moradores sejam retirados imediatamente da área que seria atingida pela inundação de rejeitos em caso de rompimento até que a Emicon tome as medidas para garantir a estabilidade das barragens.

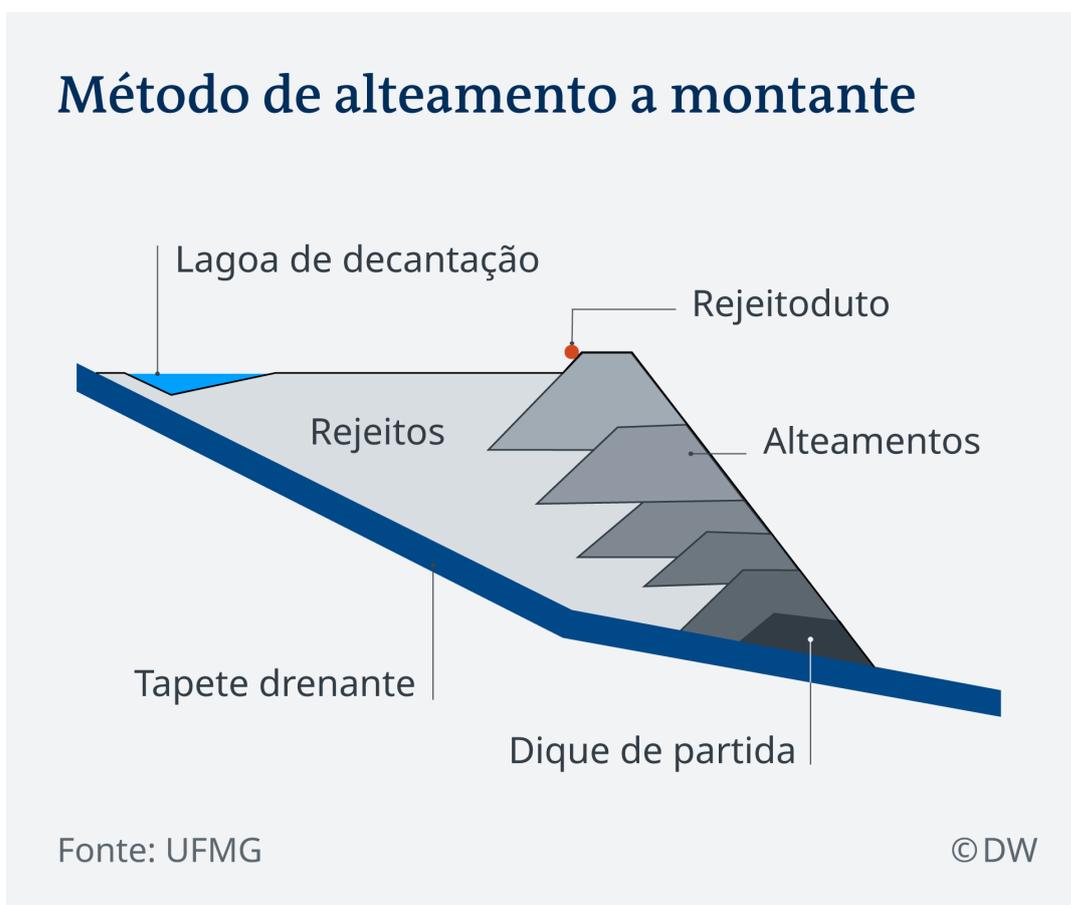
"A gente avaliou que a barragem não possui plano de emergência. Teremos que usar o plano de emergência da barragem a montante para instalar placas, sirenes, ver como estão as estruturas abaixo dela", explica Lucas Romário Lara, chefe da Defesa Civil de Brumadinho, à DW Brasil.

A barragem a montante à qual Lara se refere fica poucos metros acima da estrutura abandonada da Emicon e acumula rejeitos da Mineração Morro do Ipê. O trajeto até a área da antiga Emicon é feito, aliás, por dentro dessa mineradora.

Questionada pela DW Brasil, a Mineração Morro do Ipê disse que "não tem qualquer relação com a barragem da Emicon e apenas viabiliza o acesso ao local para as vistorias". "Todas as barragens da Morro do Ipê são consideradas estáveis e monitoradas diariamente", informou em nota.

Ainda segundo a empresa, quando suas atividades começaram nas minas Ipê e Tico-Tico, em 2016, a Emicon já tinha sua barragem instalada no terreno vizinho.

Embora a Emicon esteja registrada num endereço em Belo Horizonte, ninguém da empresa foi localizado para comentar o assunto até o encerramento desta reportagem.



Fonte: DW

Autora: Nádia Pontes

Data: 08/08/2019



SERVIÇO GEOLÓGICO DO BRASIL COMPLETA 50 ANOS

O Serviço Geológico do Brasil (CPRM) tem se dedicado, desde a sua criação, ao estudo dos recursos minerais e à disponibilização desse conhecimento. As primeiras atividades foram mapeamento geológico e recursos minerais. Logo em seguida, o monitoramento dos recursos hídricos se tornou parte importante das atividades da empresa. Ao longo de sua história, suas funções se expandiram. A integração de profissionais e uma abordagem multidisciplinar possibilitou melhorar a capacidade de compreensão dos processos complexos das Ciências da Terra. Em cinco décadas, uma ampla gama de investigações científicas foi desenvolvida em apoio às políticas públicas do país voltadas à pesquisa mineral, à gestão de recursos hídricos, ao uso e conservação dos recursos naturais e à proteção da população contra desastres naturais.

Neste 15 de agosto, em solenidade de celebração do cinquentenário do Serviço Geológico do Brasil, em Brasília, vários atores do setor mineral estiveram reunidos, entre os quais, os representantes do

Ministério de Minas e Energia e os dirigentes e profissionais do Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM). Pelo MME compareceram a secretária executiva do ministério, Marisete Fátima Dadald Pereira, e o secretário de Geologia, Mineração e Transformação Mineral, Alexandre Vidigal de Oliveira, além da direção da CPRM. Pelo IBRAM participaram o diretor-presidente, Flávio Penido, o diretor de Assuntos Ambientais, Rinaldo Mancin, o consultor Marcelo Ribeiro Tunes, e o coordenador de Geologia e Mineração, Edmilson Costa.

Inauguração

A Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais foi criada em 1969, como Sociedade de Economia Mista, com objetivo de desenvolver e acelerar os levantamentos geológicos e incentivar a pesquisa mineral. Ao longo dos anos 70, foram desenvolvidos projetos em todas as regiões do país, que resultaram em importantes descobertas de depósitos de carvão, caulim, fosfato, turfa, gipsita, potássio, diamante, ouro, estanho, nióbio, níquel, cobre, zinco e chumbo. Estes resultados começaram a aparecer nos anos 80. Atualmente, cerca de 60% e 21% do território nacional estão mapeados nas escalas 1:250.000 e 1:100.000, respectivamente. “O carvão é um exemplo. O que se conhecia até os anos 70 é aproximadamente 10 a 15% do carvão que se conhece hoje. O resto foi descoberto pela CPRM naquele período em que o Governo investiu na pesquisa do carvão para substituir o óleo e amenizar a dependência do petróleo que estava em crise”, relata o diretor de Geologia e Recursos Minerais do Serviço Geológico do Brasil, José Leonardo Andriotti.

Como responsável pela execução do primeiro estágio da cadeia da indústria mineral, o Serviço Geológico do Brasil é o braço operacional do Governo Federal para cartografia geológica de todo o território nacional. Isso significa alcançar os rincões distantes da geografia nacional, incluindo as áreas remotas do país, mesmo em condições amazônicas. Foi preciso superar adversidades naturais e contornar deficiências de infraestrutura rodoviária, com o uso de helicópteros, aviões monomotores, barcos de alumínio e pousadas rudimentares, conforme relembra o geólogo da CPRM Xafi da Silva Jorge João. “Desde a década de 70, a CPRM vem direcionando com prioridade as suas ações para a região Amazônica, uma das últimas fronteiras minerais do planeta a hospedar depósitos minerais de grandes volumes e altos teores, ou seja, depósitos de classe mundial. São essas condições amazônicas que marcam a CPRM como uma das instituições pioneiras no processo de integração territorial e cujas informações e conhecimentos gerados reforçam a soberania nacional”, destaca.

Na década de 70, na divisa do Pará com o Amapá, a CPRM, ao executar trabalhos de geologia em escala de semi-detalhe, identificou uma sequência metavulcanossedimentar na bacia do rio Ipitinga, com características de um greenstone belt. A região foi caracterizada como de alta potencialidade mineral e por indicação do Grupo Executivo para Região do Baixo Amazonas (GEBAM) tornou-se a Reserva Nacional do Cobre e seus Associados (Renca), com exclusivo direito de pesquisa pela CPRM. Lá, foram executados trabalhos de geofísica terrestre e sondagem rotativa, identificando níveis de rochas básico-ultrabásicas hidrotermalizadas com altas concentrações de sulfetos de ferro, cobre e níquel com ouro associado.

O mesmo ocorreu na Região do Vale do Tapajós: a maior província aurífera do Brasil, com a execução de levantamentos geológicos em diferentes escalas. Um dos projetos com maior destaque, o Promin-Tapajós, dos anos 90, disponibilizou informações geológicas básicas para seleção de áreas e prioridades de investimentos para o setor mineral. Também no Pará, o Serviço Geológico do Brasil se dedicou na década de 80 ao estudo da maior província mineral polimetálica do planeta. Foram pesquisados diferentes depósitos minerais da região de Carajás por meio do Programa Grande Carajás.

As descobertas de importantes jazidas no país nos anos 80 alavancaram o setor mineral do Brasil e evidenciaram a importância do mapeamento geológico realizado pela CPRM. Na época, além de mapear e identificar potencialidades, a empresa realizava a sondagem das áreas e podia requerer direitos minerários, resultando no patrimônio minerário que a empresa possui: um total, 376 direitos minerários pertencentes a 30 projetos. Estas áreas representam outra conquista recente da empresa, que ingressou no Programa de

Parcerias de Investimentos (PPI), programa estratégico do Governo federal para impulsionar investimentos do setor privado em projetos prioritários. No dia 12 de julho, foi anunciada pelo ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, a publicação do primeiro edital, que trata da licitação de cessão de direitos minerários do Complexo Polimetálico de Palmeirópolis (TO), na modalidade de leilão, sob coordenação do Serviço Geológico do Brasil (CPRM).

Nos anos 90, a CPRM foi transformada em empresa pública e recebeu as atribuições de Serviço Geológico do Brasil, ampliando suas atividades nas áreas de geologia e hidrologia e o desenvolvimento de estudos relacionados aos fenômenos naturais, como terremotos, deslizamentos, enchentes, secas, desertificação, além das áreas de paleontologia e geologia marinha. Nesta década tem início o processo de informatização da empresa, que permitiu inovações no processamento e disponibilização de dados e na geração de mapas com o Sistema de Informação Geográfica (SIG). Nesta época também foi criado o Programa de Levantamentos Geológicos Básicos (PLGB).

Nos anos 2000, teve início atuação intensa em geofísica aérea e geoquímica de semi-detalle no Cristalino brasileiro. O investimento resultou em um grande avanço para o conhecimento dos recursos minerais no Brasil inteiro. A aerogeofísica é uma ação que atrai a iniciativa privada para o setor mineral. Os levantamentos aerogeofísicos magnetométricos e gamaespectométricos hoje recobrem cerca de 90% das áreas do embasamento. Ao mesmo tempo, criou-se o GeoBank, hoje denominado GeoSGB, com a disponibilização online dos dados e dos estudos desenvolvidos. Somente em 2018, foram lançados 45 relatórios finais de projetos, cerca de 250 mapas geológicos, geológico-geofísicos, metalogenéticos e prospectivos, além de bancos de dados de mais de 30 projetos. Todos os produtos disponíveis para download no GeoSGB. Assim como é possível acessar resultados de 395.000 amostras de sedimentos de corrente, concentrados de bateia e solo.

A maior tragédia natural do Brasil registrada até hoje ocorreu em janeiro de 2011 deixou 916 mortos e 345 desaparecidos na região Serrana do Rio de Janeiro, comoveu o país e resultou na criação da Lei 12608/2012 que instituiu a Política de Proteção e Defesa Civil. A CPRM recebeu do Governo Federal a atribuição de realizar a identificação e setorização de áreas de risco. Atualmente, 1790 municípios já foram mapeados para identificar e delimitar áreas com potencial à ocorrência de processos geológicos capazes de gerar perdas de vidas e bens materiais. Estima-se que aproximadamente quatro milhões de pessoas vivem em áreas com condição de risco alto e muito alto. Além do mapeamento de risco, o Serviço Geológico do Brasil ficou responsável por implantar 13 Sistemas de Alerta Hidrológico com o objetivo de prevenir danos e preservar vidas em eventos de cheias. No total, são 16 bacias monitoradas com a emissão, com antecedência, de alertas para situação de enchentes que beneficiam uma população estimada de 7,7 milhões de pessoas.

Atuação estratégica

A segurança nacional e o crescimento econômico de um país dependem do conhecimento sobre os recursos naturais que possui. Portanto, identificar potencialidades minerais e garantir acesso às informações necessárias para pesquisa mineral são ações estratégicas. Para subsidiar a Política Nacional para os Recursos do Mar, a CPRM em parceria com a Marinha do Brasil, há uma década desenvolve um audacioso programa de pesquisa em geologia marinha na chamada Amazônia Azul, mar sob jurisdição brasileira e também em águas internacionais, numa região conhecida como Elevação do Rio Grande. Em 2015, a CPRM celebrou com a Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos (ISA) o primeiro contrato de um país do hemisfério Sul. Os estudos podem contribuir para ampliação da plataforma continental jurídica do Brasil para além das 200 milhas náuticas, ampliando a Zona Econômica Exclusiva do país.

Nos últimos anos, a CPRM desenvolveu pesquisas em recursos minerais estratégicos como potássio, fosfato, grafita, lítio, cobalto, diamante e ETR, além de estudos sobre remineralizadores de solo a partir de rejeitos de mineração. O Brasil tem reservas desses minerais estratégicos e há possibilidade de novas descobertas de potencialidades minerais para reforçar seu papel de importante produtor mineral mundial.

Em relação a outros países, o Brasil se destaca pela grande geodiversidade. Se comparadas as áreas de escudos pré-cambrianos, que têm mais possibilidade de hospedar depósitos de metais, do Brasil com a Austrália e Canadá, se observa que o Brasil tem área semelhante à Austrália e o dobro do Canadá em extensão. Em 2013, o Canadá investiu 4,96 bilhões de dólares em pesquisa mineral, a Austrália, 2,96 bilhões e o Brasil apenas cerca de 645 milhões, isso representa menos de 12% do que o Canadá investiu, e mesmo com a metade da área do Brasil em Escudo, produziu três vezes mais. Ou seja, com mais investimentos é possível alavancar o setor mineral brasileiro que faturou em 2017, dos quais, US\$ 32 bilhões. Deste total, US\$ 19 bilhões pela exportação de minério de ferro. No total, 180 mil empregos diretos e 2 milhões de empregos indiretos.

Em 2019, quando está completando 50 anos, a atuação do Serviço Geológico do Brasil foi marcada por duas ações. Os estudos geológicos que explicam o fenômeno do afundamento de três bairros em Maceió e o monitoramento e previsão do deslocamento da pluma de lama de rejeitos do rompimento da Barragem Córrego do Feijão em Brumadinho. Foram intervenções emergenciais, que tornaram ainda mais evidente que a contribuição da CPRM para o país vai além da identificação do potencial mineral para geração de riquezas e que sua missão de gerar e disseminar conhecimento geocientífico com excelência, contribuindo para melhoria da qualidade de vida e desenvolvimento sustentável do Brasil está sendo cumprida.

Fonte: Portal da Mineração

Data: 15/08/2019